

Lúcio Bernardo Jr./Agência Brasília

BRASILIANAS

Lúcio Bernardo Jr./Agência Brasília



Usina pública de Águas Claras já abastece 80 prédios

Brasília lidera energia solar e amplia geração sustentável

Brasília alcançou 530,1 MW de potência instalada em energia solar e ocupa a primeira posição entre as capitais brasileiras, segundo a Absolar.

O resultado integra a política de descarbonização do Governo do Distrito Federal, que combina expansão da geração em prédios públicos e escolas com estímulo à mobilidade elétrica. A inauguração da usina pública de Águas Claras, em 2024, já abastece 80 prédios, incluindo dez escolas, com economia estimada em R\$ 1 milhão por ano. O programa “Brasília — Capital da Iluminação Solar” prevê R\$ 130 milhões em investimentos e meta de 100 MW adicionais, enquanto a CEB projeta usina de 120 MW para atender órgãos do governo.

Para o secretário do Meio Ambiente, Gutemberg Gomes, os resultados demonstram compromisso sólido com um futuro sustentável. Ele avalia que o DF já se posiciona como protagonista na transição energética, embora o caminho para uma matriz 100% limpa ainda seja longo.

A capital federal, ao liderar o ranking nacional, reforça sua vocação de laboratório de inovação e sustentabilidade, mostrando que políticas públicas consistentes podem transformar a realidade urbana e servir de exemplo para outras regiões do país.

Fred Lamego



Abu Dhabi

Mostra: Fotografia e contemplação

A Referência Galeria abre em 21 de março a exposição Habitar o Interlúdio, nova mostra do fotógrafo Fred Lamego, com curadoria de Léo Tavares.

São 37 imagens inéditas, produzidas nos últimos três anos, além de registros desde 2016, realizados em cidades como Macapá, Tóquio, Jerusalém, Abu Dhabi, Montreal, Nova Déli, Três Marias, Fátima e Aparecida.

Mais que documentos visuais, as fotografias revelam atmosferas poéticas e sensoriais, em que a presença humana é sugerida, mas não aparece, convidando o público à introspecção.

Para Lamego, trata-se de uma investigação sobre a capacidade de encontrar abrigo no silêncio em tempos incertos. A curadoria ressalta a experiência cronotópica, na qual tempo e espaço se entrelaçam, criando frestas para respirar. Em meio à aceleração cotidiana, a mostra propõe desacelerar e perceber a pausa como exercício meditativo, treinando o olhar para o que é perene, em vez do efêmero.

POR
WILLIAM FRANÇA

Escolas do DF viram laboratórios solares

No CEF 801 do Recanto das Emas, 104 placas solares instaladas em 2025 transformaram a escola em referência de sustentabilidade. A economia anual pode chegar a R\$ 80 mil, com desempenho estimado entre 70% e 80% do consumo suprido.

Mais que reduzir custos, o sistema virou ferramenta pedagógica: professores e alunos incorporaram o tema ao projeto anual, acompanhando a produção de energia e discutindo consumo consciente.

O DF já soma dezenas de escolas atendidas por sistemas solares, seja pela usina de Águas Claras ou por instalações próprias. Para o diretor Cleiton de Oliveira, o impacto vai além da conta de luz: “Estamos formando gerações com um olhar mais consciente sobre sustentabilidade.”

O projeto pedagógico reforça que a transição energética não é apenas técnica, mas também cultural, preparando jovens para um futuro em que energia limpa e responsabilidade ambiental serão parte da vida cotidiana e da identidade do Distrito Federal.

DPTCO estreia hoje no Teatro Mapati

O grupo dançapequena estreia hoje (19), no Teatro Mapati (na 707 Norte) o espetáculo de dança-teatro DPTCO, com direção e dramaturgia de Édi Oliveira e atuação das coreógrafas Carolina Höfs e Danielle Renée. Inspirado no romance A Desumanização, de Valter Hugo Mãe, o trabalho explora a relação entre duas figuras femininas em diálogo físico marcado por afeto e trauma. A cena, fria e intimista, habita silêncios e vazios carregados de sentido. A temporada segue até 22 de março, com ingressos a R\$ 40 (inteira) e R\$ 20 (meia), disponíveis pelo Sympla. As sessões de 20 e 21 terão tradução em Libras e audiodescrição.

A dramaturgia enfatiza a relação em si, mais que personagens, propondo imagens abertas a múltiplas interpretações. A atmosfera, inspirada na paisagem gélida da Islândia, instaura frieza e suspensão. Realizado com patrocínio do FAC-DF, o espetáculo combina movimento corporal e narrativa dramática, criando uma linguagem híbrida que investiga questões sociais, existenciais e poéticas.



Mais de R\$ 3,5 bilhões da segurança estão sem uso

DF tem R\$ 152,5 milhões parados na segurança

Mais de R\$ 3,5 bilhões em recursos estão sem uso no Brasil

Por Isabel Dourado

Levantamento do Comitê de Segurança Pública do Instituto Rui Barbosa (IRB) aponta que R\$ 3,57 bilhões do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) aguardam execução em políticas e ações de combate à violência. No Distrito Federal, são 152,2 milhões de reais parados. De 2019 a 2025, o FNSP repassou quase R\$7 bilhões para os estados e o Distrito Federal, mas quase metade desse valor permanece sem uso e corre o risco de ser perdido. De acordo com Renato Rainha, presidente do comitê e conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), o valor parado poderia ser utilizado em qualificação, inteligência, investigação e combate ao crime organizado. “Esse dinheiro pode ser utilizado para diversas ações na área de segurança pública como ações para prevenção de violência contra a mulher, contra a criança e o adolescente, para capacitação dos profissionais de segurança pública. Além da compra de viaturas, construção de delegacias, de prédios para perícia, no combate ao crime organizado, enfim, uma gama de ações para prevenir a criminalidade.”

O Fundo é ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e é abastecido, principalmente, pela arrecadação vinda das loterias federais. A aplicação dos recursos do FNSP é regulamentada pelo Decreto nº 9.609/2018, que define as áreas em que o dinheiro pode ser

investido. Entre as destinações previstas estão: a construção e a modernização de delegacias, quartéis e unidades periciais; aquisição de viaturas e equipamentos. O Fundo também pode financiar investimento em tecnologia e sistemas de informação; fortalecimento da inteligência e da investigação criminal; programas de prevenção à violência; capacitação de profissionais da segurança pública e integração de bases de dados e sistemas de monitoramento.

“O PIX que o Estado recebe todos os anos tem regras e prazo para ser executado. Em dezembro deste ano, por exemplo, os estados e o DF têm que liquidar os repasses feitos entre 2019 e 2022 e demonstrar que executaram pelo menos 23% dos valores de 2023 e 2024, sob risco de o recurso ser perdido. E isso significa muito dinheiro”, explica a diretora do FNSP, Camila Pintarelli.

Diante do alto volume de recursos sem execução, 23 Tribunais de Contas decidiram realizar uma auditoria de alcance nacional para avaliar os repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública para os estados e o Distrito Federal. A ação será coordenada pelo Comitê de Segurança Pública do Instituto Rui Barbosa. A fiscalização vai analisar a estrutura dos fundos estaduais de segurança pública, o funcionamento dos conselhos gestores, a existência de planejamento, e os mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas financiadas com recursos do fundo.